



Bancários do Santander-Real vão às ruas contra demissões nesta quarta-feira

Os bancários do Santander-Real vão às ruas nesta quarta-feira, dia 18, reivindicar do banco o fim das demissões e denunciar à sociedade o descaso do banco espanhol com as negociações que vem sendo conduzidas com os trabalhadores para evitar a dispensa de funcionários.

Os trabalhadores realizarão atividades nas principais agências em todo o país, com o slogan:

Lula pede para Banco do Brasil financiar habitação popular

O Banco do Brasil irá atuar no financiamento de imóveis para baixa renda. Apesar desse segmento não ser o foco do banco, que entrou no segmento habitacional recentemente, o presidente Lula deu ordem à instituição para participar como financiador do pacote de habitação popular que deverá ser anunciado após o Carnaval.

A decisão foi tomada depois de Lula ouvir da Caixa Econômica Federal que ela teria dificuldade para, sozinha, levar o mercado a atingir a meta de financiamentos do plano: 500 mil unidades neste ano e 500 mil até o final

Governo quer aprovar texto principal da reforma tributária até abril

Os líderes dos partidos que apoiam o governo no Congresso vão intensificar os esforços para aprovar o texto base da reforma tributária até abril.

Pelo texto o ICMS passará a ter uma alíquota federal e não será mais administrado pelos Estados, assim como passará a ser cobrado no destino ao invés de ser na origem, como ocorre

"Santander: Chega de Demissões! Respeite o Brasil e os Brasileiros!"

O banco espanhol demitiu 400 funcionários no último mês de janeiro, pouco antes de divulgar um lucro de R\$ 2,8 bilhões em 2008, somente em suas operações no Brasil.

As mobilizações fazem parte da Campanha Nacional Contra as Demissões, promovida pelo movimento sindical bancário.

do ano que vem. A presidente da Caixa, Maria Fernanda Ramos Coelho, disse a Lula que seria possível financiar algo entre 300 mil e 350 mil unidades. Mas, para chegar aos 500 mil, seria necessário reforço do BB, que começou a financiar imóveis em julho, mas não atua com dinheiro do FGTS, principal fonte de recursos nas operações para a baixa renda.

O pacote habitacional é visto por Lula como uma das medidas mais importantes contra a crise. Como a construção emprega mão-de-obra intensivamente, o pacote pode reduzir o impacto do desemprego maior.

atualmente. A proposta recebe críticas de vários governadores, inclusive de integrantes da base aliada, que alegam que perderão receita.

Outra polêmica contida na proposta é a que sugere isentar do pagamento do ICMS os produtos da cesta básica. Também provoca controvérsia a incorporação do CSLL (Contribuição sobre o Lucro Líquido) no Imposto de Renda.

Unibanco paga segunda parcela da PLR no dia 27

A direção do Unibanco anunciou para o dia 27 o pagamento da segunda parcela da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) dos bancários. Também será paga a diferença do adicional de PLR. O valor do adicional, no entanto, ainda não foi calculado, uma vez que o banco ainda não divulgou seu balanço

Dirigentes sindicais debatem ações no Bradesco e Santander/Real

Dirigentes sindicais do Bradesco e do Santander/Real estiveram reunidos para discutir e definir a estratégia das campanhas permanentes nesses bancos.

Os bancários do Bradesco definiram como pontos principais da pauta de reivindicações o auxílio-educação, melhorias no plano de saúde e a criação de um valor complementar para a PLR, cuja nomenclatura ainda será definida. Os trabalhadores de Santander e Real definiram como prioridade a luta contra as demissões e pela garantia de emprego e direitos para todos os trabalhadores

Projeto de Lei quer suspender demissões por seis meses para combater crise

A Câmara analisa o Projeto de Lei 4551/08, da deputada Luciana Genro (Psol-RS), que proíbe a demissão sem justa causa de qualquer trabalhador com carteira assinada no País por um período de seis meses.

De acordo com o projeto, as empresas que demitirem dentro do período de estabilidade no emprego, além de reintegrarem o empregado dispensado, terão que lhe pagar indenização equivalente a seis meses de salário por ano de serviços prestados à empresa. Essa indenização será dobrada se o trabalhador tiver dez anos ou mais no emprego.